



INDICAÇÃO Nº 74/2023

Ao Chefe do Poder Executivo Municipal,
Sr. Presidente,
Srs. Vereadores,

O Vereador que esta subscreve vem INDICAR a este Executivo Municipal, ouvido o egrégio Plenário na forma regimental, a seguinte reivindicação:

Solicita que este Executivo Municipal, através de sua Secretaria de Saúde, possa realizar um cronograma para redução da fila de cirurgias de alta complexidade, a ser protocolado na Secretaria Estadual de Saúde.

Tal indicação tem por finalidade atentar ao Município sobre o Plano Nacional da diminuição das filas de cirurgias de alta complexidade, anunciado pelo Governo Federal na data de hoje, onde serão destinados recursos específicos aos Estados para que os façam.

Desta maneira, a Secretaria de Saúde Municipal deve elaborar um plano que vise a diminuir ou zerar a demanda existente em nosso Município, bem como o cronograma de como se dará essas cirurgias, além de protocolá-los junto a Secretaria Estadual para sermos contemplados e assim atender os anseios de nossa população.

Sala das Sessões, em 31 de janeiro de 2023.

Ronivon Alves de Souza
Presidente

Recebido 31/01/23 Ana Lúcia



PT



Entrar

[Órgãos do Governo](#)[Acesso à Informação](#)[Legislação](#)[Acessibilidade](#)[Ministério da Saúde](#)[Home](#) > [Assuntos](#) > [Notícias](#) > [2023](#) > [Janeiro](#) > **Ministério da Saúde aprova plano para redução de filas de cirurgias e atendimentos especializados**

GESTÃO

Ministério da Saúde aprova plano para redução de filas de cirurgias e atendimentos especializados

Investimento de R\$ 600 milhões está previsto para operações, exames e consultas especializadas

Publicado em 26/01/2023 19h20

Compartilhe:



Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) pactuaram, nesta quinta-feira (26), na primeira reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CTI) de 2023, o Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas. Prioridade desde os debates da equipe de transição do governo federal, o problema será enfrentado em articulação direta com os entes federativos, a começar pela publicação de uma portaria instituindo o programa, prevista para os próximos dias.

De acordo com o secretário de Atenção Especializada à Saúde (SAES), Helvécio Magalhães, estão previstos R\$ 600 milhões para execução do programa, graças ao recurso garantido pela aprovação da PEC da transição.

"O que nós estamos debatendo com estados e municípios é um programa para combater problemas diferenciados e, pela nossa experiência, já que o SUS faz mutirão há mais de 20 anos, vamos começar pelas cirurgias, até porque, há inúmeras experiências de gestão de tecnologias nesse sentido. Ao mesmo tempo, vamos discutir, de maneira tripartite, como construir mudanças mais estruturantes. Para isso, precisamos conhecer essa fila de procedimentos e permitir que o usuário possa interagir, por meio de ferramentas de transparência", afirmou o secretário, destacando que a meta futura é criar uma lista nacional desses pacientes.

Helvécio fez questão de salientar aos participantes da reunião da CIT que o desafio é complexo e deverá ser tratado em conjunto com as secretarias de Atenção Primária à Saúde e de Informação e Saúde Digital. A tarefa compreende a consolidação de um banco de informações, além da regulação da oferta de serviços com apoio de ferramentas, como o telessaúde e os protocolos de acesso à atenção especializada. O secretário citou, ainda, a especificidade da região Norte que, em virtude da difícil fixação de profissionais de saúde, deve receber um tratamento diferenciado, para que os estados tenham melhor cobertura.

Os primeiros recursos encaminhados, cerca de R\$ 200 milhões, serão para cirurgias eletivas, ao mesmo tempo que se discutirá os próximos passos para exames diagnósticos e consultas especializadas. "A condição é pactu

[CONTEÚDO](#) 1[PÁGINA INICIAL](#) 2[NAVEGAÇÃO](#) 3[BUSCA](#) 4[MAPA DO SITE](#) 5

expectativa dos procedimentos cirúrgicos, quantitativos, bases de acompanhamento e expectativa de redução", frisou.

A ideia é que, a partir da execução do primeiro montante, as próximas ocorram por produção, com a repactuação de recursos para diagnósticos, se necessário. Conforme o secretário Helvécio, o que for decidido nas comissões será apresentado à CIT. Com a publicação da portaria, os estados deverão encaminhar ao Ministério da Saúde os planos de trabalho para homologação e a transferência do dinheiro.

Nessa sexta-feira (27), a ministra da Saúde, Nísia Trindade, vai se reunir com os governadores para apresentar a proposta e fazer a sensibilização quanto à elaboração dos planos e aprovação nas CIBs.

Juliana Oliveira

Ministério da Saúde

Compartilhe:   

